

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao sr. secretário que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense, é com satisfação que estamos hoje aqui para falarmos um pouco do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário, através do presidente Nelson Martins, esteve ontem na cidade de Canoinhas anunciado a licitação do Fórum de Canoinhas. Obra essa reivindicada há muito tempo pelo planalto norte. E finalmente inicia-se essa importante obra.

Os nossos agradecimentos ao presidente do Tribunal de Justiça, dr. Nelson Martins, juntamente com o corregedor dr. Luiz César Medeiros, com a desembargadora Salete Silva Sommariva, com o dr. Jaime, desembargador que foi juiz de Direito na cidade de Canoinhas.

Falou-se muito no nome do desembargador Volpato que atuou vários anos na cidade de Canoinhas e que nos deixou há poucos meses. Temos a certeza de que o dr. Volpato teve grande atuação para que o Fórum de Canoinhas fosse construído da maneira como está sendo. Terá quase cinco mil metros quadrados de área construída em área doada pelo governo do estado, onde está também instituída a Polícia Militar, juntamente com o Corpo de Bombeiros, uma obra localizada em área nobre e que será construída nos próximos 30 meses.

Isso significa um investimento de R\$ 18 milhões aproximadamente. Uma obra que fará com que o Poder Judiciário tenha condições de atuar com mais tranquilidade. Vai ter acomodações decentes e um maior número de varas implantadas na nossa região para atender a um grande número de processos da comarca da cidade de Canoinhas.

Quero agradecer ao Poder Judiciário pela agilidade com que está sendo realizada essa obra, e temos a certeza que no dia 29 de julho, quando as empreiteiras responsáveis estarão definidas, essa obra será iniciada ainda este ano, como já anunciou o presidente do Tribunal de Justiça, dr. Nelson Martins.

Todas as pessoas que estiveram lá presentes, prefeitos municipais, advogados, presidente da OAB, funcionários públicos, enfim, a comunidade de Canoinhas agradece essa importante obra que também vai gerar empregos na nossa região.

O planalto norte hoje discute o seu crescimento e desenvolvimento, através da sua agricultura forte nas plantações de soja, milho, fumo e outras atividades. Também temos o crescimento da área bovina e suína, juntamente com a área madeireira, na área da celulose de papel, com a empresa Regesa, fábrica de papel Mille. Portanto, são importantes segmentos que estão

localizados no planalto norte que se encontra em amplo crescimento e desenvolvimento.

Mas falo também aqui da enchente que está assolando a nossa comunidade. Já tivemos enchentes anteriores, mas essa foi, sem dúvida nenhuma, uma das maiores que assolou o planalto norte. Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas e Porto União foram afetados pela enchente que foi causada pela grande quantidade de chuva que assolou o planalto norte.

O aumento da temperatura no Oceano Pacífico começa a nos preocupar porque significa que teremos mais chuva na nossa região, principalmente nos meses de agosto e setembro. Daí a nossa preocupação e da Defesa Civil. Mas de mil famílias estão desabrigadas no município de Canoinhas. Hoje, como as águas estão baixando, já temos muito menos desabrigados, mas no pico máximo sem dúvida nenhuma mais de mil famílias ficaram desabrigadas. Muitas famílias foram para a casa dos seus parentes, mas 600 famílias estiveram nos abrigos que foram colocados à disposição pela Defesa Civil na cidade de Canoinhas. As cidades de Porto União e Rio Negrinho também foram muito atingidas.

O governo do estado esteve lá, através do governador Raimundo Colombo, fazendo com que a sua presença, num momento difícil que a comunidade atravessou, tenha sido de maneira forte e objetiva.

Quero parabenizar a Defesa Civil que trabalhou incansavelmente para atender os flagelados.

A nossa preocupação maior é pelo restabelecimento da malha viária, bem de pontes e bueiros. Enfim, estamos necessitados, sim, da atenção do governo estadual para esse segundo passo, que é a reconstrução do planalto norte em termos de enchente. Essa reconstrução tem que ser, sim, monitorada pelo governo estadual, e ele tem que se fazer presente com verbas, projetos e dedicação a essas cidades atingidas.

Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas e Porto União são os municípios mais atingidos. Irineópolis, Três Barras e outros municípios também sofreram com a enchente, mas foi com menos intensidade.

Enfim, desejamos que a nossa comunidade ordeira e trabalhadora continue com a sua responsabilidade, fazendo o seu papel.

Era isto o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Eu também aproveito para chancelar as suas palavras em relação a esse problema tão grave que ocorreu na região do planalto norte. E, além do planalto norte, a água que desceu do vale do Itapocu prejudicou bastante as regiões de Jaraguá do Sul, Guaramirim e Massaranduba, que passaram por esse momento tão difícil.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL, quero aproveitar para registrar que recebi a visita do amigo Valdir Fredisi, que esteve hoje em meu gabinete, e também dos vereadores Leonir Luiz Werner e Alcides Martinelli, do município de Serra Alta; da vereadora Carmelita, do município de Dona Emma; e do Glaucio Bachmann, secretário da Saúde daquele município.

Estivemos, hoje, srs. deputados, visitando a secretária da Saúde, Tânia Eberhardt.

Como é bom vermos que temos dois Brasis. Um Brasil onde temos denúncia de corrupção, falta de trabalho, desvios de conduta. E outro Brasil onde vimos servidores e o estado procurando fazer o melhor pela população.

A dedicação, o comprometimento da secretária da Saúde, com as mudanças necessárias à melhoria da saúde no estado de Santa Catarina, realmente motiva. Inclusive, relatei à secretária uma conversa que tive com os gerentes regionais da saúde e vi a motivação, a busca de realmente melhorar as condições de saúde do nosso estado. Alguns hospitais já foram totalmente transformados, como é o caso do Hospital

Florianópolis que é um exemplo para os catarinenses.

Os dois meses de implantação do novo sistema do governo do estado, projeto abraçado pelo governador Raimundo Colombo, no que diz à produtividade da classe médica... Hoje, nenhum médico no sistema estadual de saúde ganha menos do que R\$ 7.500, ele entra com um piso de R\$ 7.500, podendo chegar até R\$ 20 mil, mas de acordo com a produtividade.

Então, o estado, a secretaria da saúde, acompanha essa produtividade medida em duas frentes de atendimento. Tem a questão cirúrgica e a ambulatorial, porque senão o profissional poderia fazer o que é mais interessasse ou o que fosse mais rentável. Mas o estado está procurando melhorar e remunerar melhor a classe médica, fazendo isso com base na produtividade. E isso é bom para o cidadão, porque há um interesse do médico em dar maiores resultados.

Temos a vereadora Carmelita que cuida de pessoas que necessitam de cirurgias bariátricas. Ela, uma jovem senhora, nos contou que já teve 150kg de peso e sabe o que sofreu com a perda da estima, com a perda da vontade de viver, com as dificuldades, com as dores, porque quem tem problema de peso acaba tendo problemas de coluna, de joelho. Enfim, são vários os problemas que essas pessoas enfrentam. E ela faz um trabalho de apoio, encaminhamento, atendimento a essas pessoas.

Tinha um hospital em Curitiba que fazia cirurgias. E esses dias, inclusive, foi indagado por que o estado de Santa Catarina parou de fazer as cirurgias em Curitiba. Na verdade, Santa Catarina não tinha convênio e não fazia. Os pacientes catarinenses que encontraram esses caminhos iam direto ao governo e falavam que tinha um hospital no Paraná que fazia essas cirurgias. O hospital, por esse procedimento, cobra do estado, e o estado cobra da União, já que a União é quem banca esse tipo de cirurgia.

O que aconteceu? O estado do Paraná não conseguia cobrar porque esses pacientes eram do

estado de Santa Catarina, e o hospital estava fazendo e queria receber. Parece-me que o hospital tem condições de fazer de 100 até 300 cirurgias por mês. Como o estado do Paraná parou de pagar, o hospital deixou de fazer as cirurgias, mas isso não tinha convênio com o estado de Santa Catarina. Então, agora se busca uma solução.

Em Santa Catarina, nós temos esse procedimento em Florianópolis e em Joinville. Mas, claro, não atende toda a demanda do estado.

Mas a secretária Tânia, da Saúde, está debatendo este assunto, procurando uma solução. Inclusive, veio a sugestão, até pelo secretário de Apiúna, sobre a possibilidade de credenciar o Hospital de Indaial. Parece que lá tem um médico especialista que faz, mas o hospital não é credenciado junto ao estado para este procedimento. E há uma dificuldade, porque nos hospitais onde há um movimento maior de pacientes há uma disputa pelo centro cirúrgico. Então, é preciso um hospital que tenha um centro cirúrgico quase que específico para este atendimento.

Entretanto, gostaria de registrar que eu vi na secretaria da Saúde uma secretária motivada, uma secretária que quer ver um bom atendimento, um atendimento qualificado ao cidadão catarinense, deputado Eni Voltolini, e que está fazendo o melhor possível.

Ela disse que o ideal que todos queremos alcançar, podemos não alcançar, mas nós vamos lutar muito para que a saúde dos catarinenses esteja sempre como prioridade e na melhor forma de atendimento possível. E eu sou testemunha disso, porque, na semana que passou, um agricultor que teve um problema cardíaco foi levado ao Hospital Regional de Chapecó, e de lá foi removido para o Hospital Regional de São José, de helicóptero, ante a gravidade do fato.

E hoje, verificando com ela, realmente a Secretaria da Saúde mantém o helicóptero do bombeiro em Santa Catarina com a contrapartida do bombeiro para, além dos atendimentos emergenciais que faz, também dar este serviço de transporte de

emergência necessário para a população do nosso estado.

Então, estas são ações positivas, ações que nos fazem acreditar que é possível melhorar, que tem que ter as pessoas certas nos lugares certos, pessoas motivadas e querendo resolver esta questão.

Outro assunto que iria falar, sr. presidente, no dia de hoje, é sobre a capa da revista Carta Capital. Brasil, recorde em homicídios. O Brasil tem o maior número de homicídios do mundo em números absolutos. E estatisticamente também, infelizmente, ocupa um lugar de destaque. Uma média de 30 homicídios, 29 homicídios por 100 mil habitantes. Felizmente, Santa Catarina ainda tem uma posição mais confortável, vamos dizer assim, porque é o menor número de homicídios do país.

Então, em Santa Catarina, os investimentos em segurança, já falei antes da saúde, mas saúde e segurança têm trazido os seus reflexos.

Mas, num outro momento vou usar da palavra para falar mais detalhadamente sobre estes índices. É aquela história que já falava o Benedet, não adianta enxugar o chão com a torneira aberta. Enquanto não tiver uma lei mais firme, mais rigorosa, nós vamos continuar tendo este problema. A polícia está prendendo, mas isso não resolve.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito, é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Deputado Sargento Amauri Soares, queria propor a v.exa., caso queira trocar com o deputado Ismael dos Santos, para que v.exa. use o seu tempo e o do partido, já que v.exa. é o primeiro inscrito, como v.exa. havia me pedido. Se o senhor quiser, esta Presidência lhe concede esta oportunidade. Pode ser?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aquiescemos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Então o deputado Ismael dos Santos faz uso da palavra agora e, em seguida, o deputado Sargento Amauri Soares usará o tempo dele emendando com o do partido por até 15 minutos.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, presidente, é que senador tem preferência!

Quero fazer um adendo à intervenção do deputado Antonio Aguiar, também a nossa preocupação, deputado Kennedy Nunes, com toda a região norte, e hoje os jornais estamparam a manchete: " R\$ 500 milhões de prejuízo para Santa Catarina as chuvas que ocorreram há duas semanas no estado catarinense". Preocupados, é claro, com toda a região norte, em especial Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá, Rio Negrinho.

Ontem, recebíamos um telefonema de Porto União e 15 dias depois ainda há residências inundadas pelas chuvas, o rio demorou a baixar lá naquela região de Porto União. E o governador, salvo melhor juízo, está se dirigindo hoje à tarde a Brasília para junto com o ministério da Integração buscar recursos para minimizar essas questões, principalmente agora pontuais de reconstrução de estradas, de pontes, enfim, para que a região norte de Santa Catarina possa voltar à normalidade.

Quero fazer dois registros em relação ao sr. governador, primeiro, agradecer. Recebia hoje da Casa Civil a informação da sanção de uma lei de nossa autoria aprovada nesta Casa no que se refere ao consumidor. É uma lei muita modesta, mas certamente vai ajudar na questão do Código do Consumidor. Lei que garante ao consumidor que tenha a informação, por parte dos vendedores, do produto que está sendo adquirido seja um celular, uma geladeira, um eletrodoméstico, por escrito. O Código do Consumidor diz que o consumidor deva ser informado, mas a nossa lei exige que seja por escrito e, às vezes, o Código do Consumidor fica na embalagem da mercadoria, e o consumidor não tem acesso.

Então, a partir dessa lei que foi sancionada hoje governador Raimundo Colombo, como disse lei de nossa autoria, fica garantida essa informação por escrito caso não haja assistência técnica ao produto no domicílio do consumidor.

Então, cabe ao vendedor informar o consumidor se há ou não assistência técnica a esse produto que está sendo adquirido, e aí é claro não havendo assistência técnica fica na autonomia do consumidor correr ou não o risco de adquirir o produto. Mas é o mínimo que se espera por parte do comércio, em especial o comércio varejista a informação ao consumidor da existência ou não de assistência técnica ao produto que está sendo adquirido.

Portanto, passa a ser lei agora em todo o território catarinense.

A segunda nota em relação ao nosso governador, deputado Paulo França, mais uma vez cito o seu nome, é que recebemos a informação de que na próxima quarta-feira deve ser feita efetivamente pelo menos uma pré-inauguração do Complexo do Badenfurt tão esperado por todos nós do vale de Itajaí, especial os blumenauenses.

Essa via, deputado Paulo França, v.exa. teve uma participação especial como secretário de Obras na cidade de Blumenau num investimento, se não estou equivocado, em torno de R\$ 10 milhões dos R\$ 40 milhões, mas participação do governo do estado em torno de R\$ 10 milhões e que vai dar um fluxo extremamente importante à mobilidade urbana naquela região norte da cidade de Blumenau.

Estaremos lá, certamente, na próxima quarta-feira para essa celebração. Também o dique de contenção de cheias do Bairro Fortaleza, o PI-5, deve ser entregue também na próxima quarta-feira, amenizando a questão das enxurradas e das enchentes na região.

Com muita satisfação acompanhei na coluna do jornalista Paulo Alceu, notícia que traz em primeira mão uma informação que é bem-vinda para todos nós, catarinenses e brasileiros: "A partir do próximo dia 1º de junho, os motoristas de ônibus, caminhões e carretas que mudarem de

categoria, tirarem ou renovarem a CNH terão que realizar obrigatoriamente o exame toxicológico."

Isso é importantíssimo porque é uma forma de combater o uso da maconha, do crack, da cocaína, do LSD, de substâncias psicoativas que os motoristas acabam recorrendo para suportar as longas horas de trabalhos nas rodovias deste estado e do país. Há inclusive estudos para ampliar essa norma para motoristas das categorias A e B. Nós sabemos dos efeitos e das tragédias que isso tem provocado nas estradas de Santa Catarina e do Brasil.

Dados fornecidos pelo próprio Contran - Conselho Nacional de Trânsito - mostram que em tempos de testes toxicológicos, para a retirada da carteira de habilitação, a maconha causa diminuição das respostas dos motoristas enquanto a cocaína e as demais anfetaminas deixam as pessoas aceleradas, estimulando reflexos, podendo causar imprudência devido à falta de limites. Portanto, é bem-vinda essa decisão do Contran, que agora a partir do dia 1º de junho passa a exigir dos motoristas que trabalham muito no período noturno e acabam usando muito tais substâncias psicoativas para terem energia e assim cumprirem suas longas jornadas de trabalho nas estradas catarinenses e do país.

Parabéns ao Contran por essa iniciativa que vem contribuir por um país sem drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O deputado Sargento Amauri Soares, está inscrito em Breves Comunicações, tendo dez minutos. E como o PSOL é o primeiro partido a usar o tempo reservado aos Partidos Políticos, v.exa. tem a oportunidade de somar os tempos.

Assim, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, é a primeira vez que farei o uso da palavra por 15 minutos na tribuna ao longo dos oito anos de mandato. É bom para nos

acostumarmos com esse tempo para poder trabalhar melhor determinados conteúdos.

Quero tratar de um assunto que interessa ao conjunto da população do estado, assim como o conjunto da população brasileira. O tema da dívida ou das dívidas internas e externas que o Brasil e todos os federados, Santa Catarina também, pagam todos os anos afeta diretamente, de forma substancial ou até muito substancial, a qualidade dos serviços do estado poder garantir ao conjunto da sociedade a quantidade de direito que o estado pode garantir em benefício dos trabalhos públicos também.

Nós temos uma realidade vivida há décadas que se tem aprofundado. Uma realidade de endividamento público existente há várias décadas que se tem aprofundado a cada década mais. Nós temos uma proporção do orçamento cada vez maior, considerando as décadas, o comprometimento do orçamento cada vez maior com o pagamento de serviços e juros da dívida, embora se diga que com a amortização da dívida... Mas eu, sinceramente, não entendo o significado da palavra amortização, deputado Paulo França, porque quanto mais pagamos mais devemos. Então, na verdade não se está amortizando nada, está amortizando quem paga, ou seja, o povo brasileiro é que está sendo amortizado por essa sangria às avessas. E nós temos falado muito pouco disso. Tem-se falado muito pouco disso no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa, inclusive nas organizações populares, aquelas que historicamente falavam mais a respeito desse assunto. A chamada esquerda parece que esqueceu também esse assunto ou até, por que não, numa forma autocrítica de dizer, eu, aqui, desta tribuna, parece que esquecemos esse assunto, nós, da esquerda.

Nós vimos manifestações contra as gastanças com a Copa do Mundo. E as manifestações são legítimas e necessárias, porque em muitos lugares houve remoção de comunidades pobres para realizar grandes estádios etc.

Então, as manifestações são legítimas e necessárias, se realizadas, evidentemente, dentro

de uma lógica, de uma racionalidade compreensiva e aceitável, pela média da opinião da sociedade.

No entanto, percebemos que os gastos com a Copa são ínfimos diante do que continuamos pagando de serviços e juros da dívida. E aí não é uma autocrítica, porque nós temos desleixado esse assunto. Quem já governou este país também está responsabilizado por essa questão.

Faz mais de uma década que se decretou que não se pode nem mais falar disso, está relacionado com a quantidade que se gasta com as dívidas.

Gostaria que a assessoria exibisse no telão o gráfico cuja fonte é o Senado Federal.

No ano passado foram R\$ 718 bilhões, 40.30% de toda a receita da União com juros e amortizações. Não sei de onde estão as amortizações, porque a dívida cresceu. Enquanto vemos para investimentos, por exemplo, pegando algumas questões: Defesa Nacional, Forças Armadas, todas elas, em defesa, por exemplo, se gasta 1.74%; com lazer e desporto, 0,02; com transporte, 0,59; com energia, 0,04; com segurança pública, 0,40%; mas com a dívida, 40%. Com a reforma agrária se gasta 0,15%; agricultura, 0,55%; gestão ambiental, 0,19%; saneamento básico, que é tão falado, 0,04%. E repito, com os serviços das dívidas foram 40,30% do orçamento da União, isso no ano passado.

Neste ano, parece que a coisa ficou mais greve, porque até o dia 14 de maio último já havia sido pago R\$ 459.717.351.360,00 de juros do serviço da dívida, o que perfaz R\$ 3.400.000.000,00 por dia de 1º de janeiro a 14 de maio de 2014, R\$ 3,4 bilhões por dia. No dia de hoje, por exemplo, são R\$ 3 bilhões e 400 milhões aos serviços da dívida.

Como se chegou a isso e, inclusive, a esse silêncio? Por que o estado, os governos, não têm dinheiro para os serviços essenciais, mas têm tanto dinheiro para banqueiros e para grandes monopólios empresariais, que também são investidores do sistema financeiro nacional e internacional.

Uma das peças que construiu essa possibilidade de generosidade para com os banqueiros e outros

grandes investidores, que também se tornam banqueiros, foi a Lei de Responsabilidade Fiscal que, tenho falado há alguns anos, não passa de uma lei de irresponsabilidade social.

A Lei n. 101, de 2001, lei federal, dizem e propagandeiam por aí que é absolutamente necessária para regular os gastos que os governadores e prefeitos vão fazer do dinheiro público, porque senão vão gastar com o que não deve e não conseguirão prestar contas depois.

Portanto, são 14 anos da existência dessa lei e não consta que os desvios, a corrupção, os desmandos tenham diminuído ao longo dessa década e meia, o que se percebe é que tem aumentado. Na verdade, a referida lei veio para estabelecer limites com o gasto de serviços essenciais, esse é o objetivo principal. E para que isso? Para sobrar essa montanha de dinheiro para empurrar na garganta imensa e profunda dos banqueiros e de grandes investidores do sistema financeiro nacional e internacional.

Esses dados não são de minha autoria, são de fontes oficiais, realizados pela auditoria cidadã da dívida. Inclusive a CNBB, a Igreja Católica, tem trabalhado isso mais do que os movimentos populares e os partidos que se dizem esquerda, para mostrar à sociedade essa sangria às avessas que está sendo realizada em nosso país há muito tempo.

Mas sangria às avessas por quê? Porque tira do povo cada vez mais abandonado em termos de serviços essenciais como: educação, saúde, segurança, assistência social e transfere esse esforço, suor, trabalho e sangue para o todo poderoso sistema financeiro nacional e internacional. É uma política que lesa a pátria, o povo. Essa é a realidade do sistema de endividamento público no Brasil.

Então, é preciso, sim, que os governos de estado e nós, deputados estaduais, façamos essa discussão com o governo federal, porque o estado de Santa Catarina também tem uma parcela grande de seu orçamento que é raspada com prioridade, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é

pagar a dívida que nunca termina e fica sempre maior.

Nós temos que fazer uma análise global desse sistema de endividamento.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, repito, que é uma lei de irresponsabilidade social, estabeleceu limites para gastar, por exemplo, com os salários dos servidores. E aí os estados e os municípios chegam a esse limite, sim, que para Poder Executivo estadual são 49%, limite máximo absoluto, a partir dali é processo contra o governador. Chega-se a esse limite ou muito próximo dele, limite prudencial, que é de 46.40%, e o estado ou município não podem mais contratar servidor. Curiosamente, deputado Ismael, o mesmo estado, o mesmo Poder, o mesmo governante, pode usar o dinheiro para contratar uma empresa privada para fazer aquele serviço. Então, é uma lei que afeta a possibilidade inclusive da soberania do poder público, ou dos poderes públicos, para realizar a sua missão constitucional.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é falada por todos, inclusive por aqueles que votaram contra, lá no ano 2000. É tida como uma coisa sagrada. Pode-se burlar a Constituição da República, é quase um alcorão, tem um fundamentalismo em cima da defesa da Lei de Responsabilidade Fiscal, da sua importância, para garantir a sanidade fiscal do poder público, quando na verdade é uma sangria, um atentado contra a possibilidade e a soberania dos governantes de realizar a política pública necessária.

Por que os governantes não falam isso desta forma? Também porque ajudaram a aprovar e também porque estão subordinados ideologicamente e programaticamente. Há um conjunto de políticas que não interessa à maioria da sociedade falar em suspender o pagamento da dívida e fazer uma auditoria oficial, e com urgência, no sentido de analisar quanto foi pego de fato emprestado, de quem, quanto era a taxa de juros, quanto que já foi pago e quanto ainda precisa pagar. Basta isso, e não precisa ser um gênio para fazer isso, e existem documentos ou pelo menos devem existir.

Mesmo que o Delfim Netto tenha pegado, lá nos tempos remotos, na década de 80, tenha assinado contratos com juros flutuantes em empréstimos internacionais, é preciso resgatar isso e trazer para a luz do dia.

Quanto que foi tomado de empréstimo, quanto que foi pago, a que juros? E aí existem especialistas que estão estudando isso do ponto de vista inclusive matemático, os quais atestam que essa dívida já foi paga várias vezes, se nós imaginarmos uma taxa de juros razoável como existe, humanamente aceitável, inclusive no comércio e no mercado que está estabelecido à luz do dia.

É preciso, portanto, que se faça uma auditoria oficial, aliás, existe deliberação nesse sentido. Deliberação que jamais tem sido cumprida pelos governantes dos grandes partidos e da maioria dos pequenos.

Nós precisamos atentar para essas questões ou então todo o discurso que se faça no período eleitoral não vai passar de retórica vazia de conteúdo e de possibilidade de cumprimento daquelas promessas. Mesmo havendo boa vontade.

Muito obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares que falou em Breves Comunicações, somado ao tempo dele no Horário dos Partidos Políticos, em que ele era o primeiro partido inscrito. Agora, houve uma troca entre o Partido Progressista e o Partido dos Trabalhadores, deputado Eni Voltolini, cedendo o espaço ao Partido dos Trabalhadores. E quem fará uso da palavra será deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero agradecer ao deputado Eni Voltolini e ao Partido Progressista, por essa troca, tendo em vista que logo em seguida terei uma reunião para discutir a questão da CPI do Ministério Público, pois hoje vamos dar continuidade ao debate.

Neste horário do meu partido, quero falar sobre a Copa do Mundo no Brasil. Já está claro

para todos que está sendo a Copa das Copas. A grande mídia que defendeu o ostracismo e o grande abismo do Brasil, dizendo que o país não tinha a menor condição de realizar uma Copa do Mundo, já perdeu para toda a imprensa internacional, porque o que estamos vendo neste Globo Terrestre é a manifestação unânime da imprensa, dos esportistas, de que esta é não apenas uma Copa do futebol, mas está sendo uma Copa do Mundo do povo brasileiro, principalmente do povo latino-americano, tendo em vista que o Uruguai acaba de despachar a Itália por 1X0, num belíssimo jogo, deputado Volnei Morastoni. E a Costa Rica está demonstrando claramente que também joga futebol, superando grandes times.

Estamos em uma Copa do Mundo que todos os jogos estão ultrapassando as expectativas de gol, sem agressividades, poucas faltas, principalmente com estádios, ou melhor, estádios não, verdadeiras arenas de recepção para o povo brasileiro e para o povo que está vindo de todos os cantos do Globo Terrestre, para assistir aos jogos no Brasil.

Para quem falava que o Brasil não estava preparado, o último campo de futebol que faltava ficou pronto, o de Curitiba, e deu um banho. O de São Paulo, o Itaquerao, da Vila Madalena, que pouca gente conhecia no Brasil, virou o *point* brasileiro. É um bairro de classe média, com poucas condições até de estrutura, mas que se tornou um encanto de recepção para a população que está assistindo aos jogos na cidade de São Paulo.

Estamos vendo a laranja mecânica, a Holanda, jogando do jeito que está jogando, mostrando claramente que veio para o Brasil trazer brilho a esta Copa do Mundo.

Portanto, aqueles que politizaram os jogos, que pregaram o pessimismo, que quiseram transformar a Copa do Mundo num palanque eleitoral, já se deram mal com os resultados, porque estão vendo a aprovação do povo brasileiro, pela recepção que está sendo dada aos estrangeiros e principalmente pelo resultado que esta Copa do Mundo está representando não apenas nos jogos, mas

também financeiramente, pelo movimento da economia nacional.

Somente em bebidas, está avaliado pela Ambev em R\$ 1,2 bilhão o consumo de bebidas no país, entre cerveja, água, refrigerante e por aí afora, sem considerar o movimento hoteleiro. Inclusive, quanto ao pessoal que está assistindo aos jogos do Uruguai, em Natal, são mais de três mil uruguaios. Depois, vão para o Rio de Janeiro, porque o próximo jogo do Uruguai será no Maracanã, e é uma pena que não será contra o Brasil, pelo menos neste momento, para quem sabe reeditar a história de 1950.

Então, fica a minha saudação ao presidente Mujica, do Uruguai, que realmente com toda a sua simplicidade está dando um exemplo de condução daquele país, deputado Kennedy Nunes, com políticas arrojadas e desafiadoras.

E a minha saudação a presidente Dilma Rousseff e ao ex-presidente Lula, que, corajosamente, foram buscar a Copa do Mundo. E é importante ressaltar que os investimentos que foram feitos na Copa, que na sua magnitude são empréstimos... Porque o governo federal gastou R\$ 1,2 bilhão e deverá chegar ao todo, nos estádios, próximo de R\$ 8 bilhões neste país. E serão investidos, aproximadamente, R\$ 28 bilhões em obras de infraestrutura no contexto geral para mobilidade urbana. Mas está previsto que somente esta Copa irá gerar mais de R\$ 30 bilhões na economia nacional. Foram 3.5 milhões de empregos no período que antecedeu à Copa, nas obras que estão sendo feitas no país. São em torno de um milhão de empregos diretos agora nos três meses que antecederam à Copa e até um mês após o seu término.

Mas quero fazer uma reflexão, deputado Kennedy Nunes - e v.exa. é um deputado que conhece a mídia e sabe dos seus custos: considerando o custo do horário nobre de uma Bandeirantes - e nem vou falar da Globo, que é o custo mais caro pago por minuto -, quanto custaria ao governo brasileiro fazer a divulgação do país na imprensa nacional durante 30 dias, de manhã, à tarde, à noite e de

madrugada? Quanto custaria ao governo brasileiro fazer essa divulgação de forma internacional como está sendo feita, hoje, no Brasil, com comunicação gratuita no exterior?

Domingo, no *Fantástico*, apareceu um grupo de pessoas do Irã num carro, com a bandeirinha do Brasil. E parece que até foram presos devido à forma de comemoração, pois pela legislação iraniana não é permitido que as mulheres estivessem sem burca e os homens de óculos, bebendo. E estavam dentro de um carro filmando no celular, cantando e foram presos. Mas estavam com uma bandeirinha do Brasil, porque comemoravam a participação do Irã na Copa do Mundo. E principalmente o fato de ter perdido para a Argentina apenas por 1x0, se eu não me engano - porque ela esperava enfiar um balaio de gols no Irã.

Então, é o mundo inteiro olhando para o Brasil neste momento! E se tivéssemos que pagar por publicidade para mostrar o Brasil e a recepção do povo brasileiro, automaticamente gastaríamos infundáveis bilhões de reais a mais.

Ao mesmo tempo, é importante registrar que o que está sendo gasto nos aeroportos - e tinham mostrado goteiras - ficará no Brasil! Os estádios ficarão no Brasil e não serão levados pelos turistas! As obras de mobilidade urbana em torno dos estádios ficarão no Brasil! É importante registrar que são obras que vão dar condição humana de desenvolvimento econômico em nosso país.

Eu, em determinado momento, até contextualizei e tive a minha posição crítica quanto ao fato de se construir estádios em regiões como Manaus. Mas vejam que o número de turistas somente em Manaus, durante o período da Copa, vai ultrapassar a 100 mil, e que depois voltarão ao seu país e divulgarão o Brasil.

David Beckham apareceu fazendo um roteiro de motocicleta no interior do Amazonas, e esteve na Copa. Não deu sorte para a Inglaterra porque ela foi mandada para casa também, mas isso já mostra o quanto se está divulgando o Brasil e, principalmente, a importância desta Copa que essa

está sendo a melhor e maior da história das Copas do Mundo.

Por isso, como brasileiro, orgulho-me de estar aqui vendo a recepção grandiosa que o povo brasileiro está dando aos estrangeiros neste momento importante da história brasileira, da história dos desportos, da história do futebol, um patrimônio cultural do povo brasileiro.

Viva o Brasil! E vamos continuar torcendo, porque passamos pelo Camarões e vamos ver agora lá pela frente. Vamos passar pela lagosta, pelo peixe e queremos chegar ao final disputando a Copa do Mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência da representante do PSD, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Boa-tarde, sr. presidente, senhoras e senhores deputados, o Partido Progressista traz a esta Casa novamente o tema segurança pública.

Entendemos que há uma necessidade que tratemos dessa questão de forma continuada. e por conta disso o Partido Progressista fez uma discussão interna e elegeu como uma das suas bandeiras de trabalho a questão da segurança pública.

Recebi há poucos minutos atrás, deputado Valmir Comin, um atendimento do secretário de Segurança para uma audiência a partir de amanhã, onde o Partido Progressista quer levar a ele algumas considerações a respeito do cenário de Santa Catarina.

Nós não queremos mais tratar de segurança pública apenas pela ótica de quantos veículos a mais ou de quantas pessoas a mais deveremos trazer para incorporar ao contingente já existente. Não que essas questões não sejam importantes, não, porque elas são necessárias, fazem parte da infraestrutura tanto de recursos humanos quanto de equipamentos.

Mas queremos começar a pensar em outras questões, e vou citá-las. A primeira dela estará acontecendo ainda neste ano, por volta do mês de outubro, novembro, quando esta Casa vai receber uma proposta para o orçamento de 2015, e o item segurança pública, até pouco tempo atrás, deputado Kennedy Nunes, quando v.exa. foi candidato a prefeito lá em Joinville, não era o primeiro quesito demandado pela população. A população muito mais fazia apelos para maiores investimentos na área da saúde.

Tinha outras questões complementares, mas o item segurança pública começou a fazer parte desse cenário de opinião pública. E ele passa a ser na maioria das pesquisas agora o primeiro item, o que demonstra que nós temos, se as estatísticas não estão erradas, uma sensação de insegurança pública. Às vezes, as estatísticas falam, e é feliz, é bom que isso esteja acontecendo, que nós tenhamos uma redução de homicídios em Santa Catarina. Ótimo! Mas nós não temos, e falávamos disso também, uma redução dos nossos acidentes e mortes nas nossas rodovias. Nós não temos uma redução dos assaltos, e precisamos fazer com que essa sensação de segurança pública esteja mais presente.

Não é à toa que muitos empresários de grandes centros do nosso país transferiram suas empresas para Santa Catarina, porque ainda é o nosso estado um porto seguro. Mas não podemos perder essa condição de qualidade de vida, porque ela é hoje parte da decisão das famílias. Quantos de nós estamos aqui nesse momento no plenário, ou fazendo parte da audiência da TVAL, já tiveram que fazer opções para trabalhar num ou em outro lugar!

E uma das opções que a família adota, ao escolher um destino para viver, é qual é a condição de segurança oferecida naquela cidade para os seus familiares.

Antes, era discutido que tipo de serviços de saúde oferecia, qual a educação oferecida, mas hoje segurança pública é parte integrante dessa decisão.

E, para isso, precisa haver primeiro recurso financeiro. Eu espero, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que vai estar aqui, e todos os demais que estão aqui, que no momento de se discutir Orçamento Público para 2015, a Assembleia Legislativa seja clara na sua definição de política de segurança, com relação aos valores que iremos aportar para a segurança pública.

Pouco vai adiantar discutirmos que há falta de vagas em presídios e penitenciárias, se nós não temos recursos financeiros para isso. Pouco adianta dizermos que há necessidade de mais veículos, se nos faltam os recursos.

Eu sempre digo, e a bancada progressista, deputado Silvio Dreveck, que discutiu essa questão da segurança pública como uma das suas bandeiras na Assembleia Legislativa, que nós temos que pensar desde a arquitetura dos novos presídios e penitenciárias. É inconcebível que o noticiário nos traga informações de que mais fugas aconteceram aqui e ali. Em que momento estamos vivendo, que não conseguimos entender que é preciso prover segurança para estarem lá presas as pessoas que tem que ficar presas.

E é por causa disso que a maioria dos municípios não aceita a ideia de ter presídio ou penitenciária, porque esta insegurança da própria estrutura faz com que as pessoas tenham medo de acolher no seu município um local desses.

Então, a discussão de um orçamento adequado para que possamos ter os itens necessários para se fazer segurança pública passa por este conjunto de atitudes, e começa em orçamento mais generoso para a questão da segurança pública.

Foi aprovado, em Santa Catarina, a possibilidade de que as nossas escolas estaduais

possam ter agora um cartão que permita o atendimento às despesas emergenciais e às pequenas despesas, porque estamos ainda assistindo a lugares onde para se fazer pequenas reformas de telhado, de infraestrutura, têm que passar por processos licitatórios, quando deveriam ter a condição do pronto atendimento.

Quando nós estamos falando de polícia civil, e eu conversava com a assessoria da Secretaria da Segurança Pública também, porque é treinamos pessoas para fazer o enfrentamento de marginais, de bandidos, e fazemos com que estas mesmas pessoas tenham que fazer boletim de ocorrência, fazer atividade administrativa.

Atividade administrativa tem que ser desenvolvida por pessoas que tenham esta formação, e deixar a repressão ao crime, a repressão às pessoas, àqueles que foram capacitados para isso.

Então, nós precisamos discutir coisas diferentes do que estamos tratando. Nós precisamos discutir tecnologia, câmeras de vigilância, que eu tive a felicidade de, no governo Esperidião Amin, ajudar a conduzir o processo para que as primeiras fossem para a nossa Joinville, deputado Kennedy Nunes. Isso deveria ser um item presente em todas as questões.

Nós não podemos repartir e multiplicar a quantidade de veículos por tantos e tantos lugares quanto suprem a presença de câmeras de vigilância. Hoje, já se fala em droner, que são aeromodelos já existentes, veículos não tripulados, mas nós ainda estamos vivendo na idade da pedra em algumas questões.

Então, o que eu quero pedir, em nome da bancada do Partido Progressista, ao secretário Grubba, amigo, parceiro, competente, que provoque uma discussão de modernização, de adoção de tecnologia, de mais recursos para a segurança pública, para que esse nosso estado, que se orgulha de tantas e tantas questões, possa também se orgulhar de ter um nível de modernidade, e que ofereça para todos nós que queremos trabalhar e desenvolver aqui em Santa Catarina a sensação mais pura e mais natural das pessoas de bem, que é a

sensação da verdadeira paz e da verdadeira tranqüilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Eni Voltolini.

Deputados, na ausência dos demais partidos com oportunidade para fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia, mas como temos na pauta hoje a admissibilidade de uma medida provisória, vamos suspender a sessão até as 16h, e esperamos que todos os deputados estejam em plenário às 16h, tempo que precisamos de quórum qualificado para a discussão da medida provisória.

Portanto, esta Presidência suspende a sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Srs. deputados, quero inicialmente agradecer a v.exas. e às tantas manifestações de solidariedade em nome de minha família também, pelo falecimento da minha avó que estava já com uma idade avançada, 95 anos, mas que pela lucidez que tinha até dias atrás era independente, morava sozinha, em que pese ao lado da casa dos meus pais. Deixou-nos no dia de ontem. E agradeço sensibilizado por todas as manifestações carinhosas que recebemos, porque as famílias acabem nunca se preparando.

Ela deixou um legado, era uma mulher de fibra que lutou muito pela vida. Ficou viúva no dia em que eu nasci, 49 anos atrás. Teve que cuidar da vida sozinha dali para frente. Uma mulher de pouca formação, mas muito politizada e culta. Orgulhava-se muito de ter ido às urnas desde a primeira vez que a mulher pôde votar, até à última eleição, e para votar numa mulher, a prefeita Nair Goulart, do município de Pouso Redondo. Foi uma mulher cidadã, que deixou um grande legado para família.

Eu agradeço sensibilizado pelas manifestações de v.exas. e de tantos que fizeram carinhosamente a mim e à minha família.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0025/2014, 0067/2014, 0086/2014, 0105/2014, 0106/2014, 0107/2014, 0127/2014, 0155/2014, 0173/2014. Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0043/2014, 0078/2014, 0101/2014, 0132/2014, 0134/2014, 0147/2014, 0166/2014.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória de autoria governamental, que cria cargos de Analista Financeiro do Tesouro Estadual, classe IV, na Carreira de Gestor Público, na secretaria de Estado da Fazenda.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0308, de autoria do deputado Jailson Lima; 0309, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0310, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0311, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0312, de autoria da deputada Angela Albino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0594 e 0595, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0596, de autoria do deputado Paulo França; 0597, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0598, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0599, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0600, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0601 e 0602, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Moção n. 0060, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao conselheiro Julio Garcia, manifestando aplauso pela posse na Presidência do Tribunal de Contas do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Antes disso peço permissão ao líder da bancada, deputado Valmir Comin, para a bancada do PT subscrever. Também o deputado Ismael dos Santos e o deputado Mauro de Nadal pedem permissão.

Portanto, solicito à assessoria que recolha a assinatura das lideranças, incluindo as demais bancadas, na manifestação de aplauso ao conselheiro Julio Garcia.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0061, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente Dilma Rousseff e demais autoridades, manifestando aplauso ao consulado-geral do Brasil em Roma, pela qualidade dos serviços prestados aos brasileiros na Itália.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0062, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada à presidente da República, manifestando apoio ao Decreto Federal n. 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a política nacional de participação popular.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0063, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apelando pela regulamentação do art. 245 da Constituição Federal para estabelecer regras de amparo aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimados por parte do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0041, de autoria do deputado Eni Voltolini, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a empresa que iniciou e a que terminou as obras de pavimentação asfáltica da rodovia SC-302, atual SC-135, trecho entre os municípios de Matos Costa e Porto União, qual o engenheiro responsável pela fiscalização da obra e o que está sendo feito para solucionar as péssimas condições de trafegabilidade.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pela ordem, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Gostaria de justificar, atendendo também ao pedido da deputada Ana Paula Lima, quando do início das enchentes, sr. presidente, para me deslocar de Quilombo até a região litorânea, com a impossibilidade da BR-153, tive que ir até Caçador e de lá, para chegar então a Porto União, usei aquele trecho. E me chamou muito atenção, porque de Caçador até Matos Costa a condição da rodovia é muito boa, mas de Matos

Costa até o entroncamento com Porto União é absolutamente diferente, e são rodovias feitas praticamente na mesma época. Assim, quero saber o que aconteceu de tão diferente naquela rodovia, porque as nossas rodovias, via de regra, não custam barato. São investimentos muito demandados, com infraestrutura viária sempre muito demandada.

Lembro-me do que aconteceu naquelas rodovias, o tempo que se aguardou para que fossem concluídas, as passeatas de inauguração daquelas rodovias que ali aconteceram. Assim, não consigo admitir que passados apenas oito anos tenhamos aquela rodovia naquela condição. Por isso, faço aquilo que cabe ao Poder Legislativo, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo e por causa disso é que estou encaminhando essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Eni Voltolini.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0042, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca das reformas na ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. deputado, presidente deputado Joares Ponticelli, srs. parlamentares, sra. deputada Ada De Luca, nessa sessão ordinária da Assembleia Legislativa, quem nos acompanha pela TVAL e também pela rádio Alesc.

Srs. parlamentares, vou falar de um tema que já adiantou aqui o deputado Jailson Lima, ou seja, esse grande momento que estamos vivendo no nosso país. E acredito, srs. deputados e sra. deputada, que hoje aqui em Santa Catarina e no Brasil todos os brasileiros estão muito contentes depois da belíssima partida de futebol, ontem, contra os Camarões, quando daí, sim, o Brasil mostrou um belo futebol.

Todos nós torcemos, vibramos a cada jogo que o Brasil participa. E a cada jogo da Copa mais adeptos têm conquistado o coração de muitos brasileiros. Até aqueles, os profetas do caos, estão se rendendo a essa belíssima Copa que tem acontecido em nosso país, depois de 64 anos da última Copa no Brasil, na década de 50, quando infelizmente não fomos vitoriosos, mas fizemos um belo espetáculo. Esta está sendo muito maior e muito grandiosa. Além disso, a nossa seleção brasileira tem sido motivo de comemoração de milhares brasileiros. E ontem foi realmente um belo espetáculo.

A economia vai muito bem com a Copa, a segurança está fazendo um belo trabalho e o turismo está em ascensão.

Hoje acredito que milhares e milhares de turistas estão sendo muito bem recebidos em nosso país e dizem que essa é uma das melhores Copas que têm acontecido, desde o seu lançamento.

Eu peço atenção agora para assistirmos a um breve depoimento de uma simples trabalhadora brasileira, chamada Maria Sueli dos Santos. Ela é catadora de lixo reciclável, na cidade de Belo Horizonte, e o seu depoimento foi gravado ao lado do estádio Mineirão. E eu peço por gentileza que a assessoria possa reproduzir esse depoimento.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Srs. deputados, não é a educação, é a criação às vezes que anda ruim no nosso país. Agora, deputada Ada De Luca, tivemos a sabedoria, a sensibilidade dessa simples mulher, com um depoimento realmente muito tocante, que ilustramos o nosso pronunciamento. A Maria Sueli sintetizou muito bem o que representa a Copa do Mundo sediada no nosso país, de uma forma tranquila, simples, clara e o quanto está feliz ao dizer que o futebol é nosso, que os nossos meninos já nascem com a bola no pé, que é jogada em cada cantinho de terreno ou em qualquer campinho de futebol.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputada Ana Paula Lima, eu já tinha visto e ouvido esse depoimento, e na primeira vez que vi eu me emocionei muito, porque realmente é o sentimento do nosso povo, do povo brasileiro. E quero parabenizar os organizadores da Copa do Mundo, o nosso governo, porque tudo está indo muito bem. O único pecado que vejo nessa Copa do Mundo, e isso é em qualquer lugar do mundo, é que está virando muito *business*, porque na época do Garrincha, no passado, havia mais sangue, mais garra, e gosto mais daquela vibração.

Nós brasileiros, a própria presidente Dilma Rousseff e também, por que não, a Fifa estão de parabéns, pois estamos fazendo um espetáculo.

Só quero registrar que não gostei, e acho que milhares de brasileiros também não gostaram, da abertura da Copa do Mundo. Nós brasileiros, nossos carnavalescos, enfim, o nosso povo que é artesão é que sabe fazer uma abertura. Mas foi entregue essa abertura para uma pessoa de fora. Eu achei que nós nos tornamos muito pequenos naquele momento. Mas o espetáculo estava muito bonito. Parabéns.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputada Ada De Luca, realmente esta Copa do Mundo está tocando todos os corações de todos os brasileiros e brasileiras. Aqueles que acreditavam e aqueles que não acreditavam nessa

Copa do Mundo agora viram que está sendo e realizado um belo evento no nosso país, uma maneira de divulgar o nosso Brasil, uma maneira de mostrar e dizer que temos grandes homens e grandes mulheres, que temos riquezas naturais, que temos um povo trabalhador, que queremos que outros países venham conhecer o Brasil para divulgar a nossa terra.

Tudo que foi feito nessa Copa do Mundo, para sediarmos esta Copa no nosso país, os belos estádios, o grande número de empregos que está sendo proporcionado, o número de investimentos que foram feitos no país, então, valeu a pena, srs. deputados e sras. deputadas, lembrar que a Copa não tirou investimentos destinados à educação e à saúde. Os recursos investidos em estádios foram na ordem de R\$ 8 bilhões contra R\$ 1,7 trilhão de investimentos em educação e saúde, um valor 212 vezes muito maior do que foi investido nos nossos estádios. E a maioria foi recurso financiado que será devolvido para os cofres públicos.

Somos milhões de pessoas conectadas a uma energia positiva movida pelo esporte e com a troca cultural proporcionada tanto pelos representantes das diferentes nações que nos visitam como também pela divulgação dos nossos costumes e da nossa cultura para o mundo todo que está com os olhos voltados para nós.

A imprensa estrangeira, deputada Ada Faraco De Luca, está dizendo a todo momento - e disso o povo brasileiro tem que se orgulhar - que essa é uma das melhores Copas já organizadas neste planeta.

Mas no tempo que me resta, quero dar os parabéns à nossa presidenta Dilma Rousseff e a todos que estiveram trabalhando na organização desta Copa: Fifa, governadores, prefeitos, equipe técnica, engenheiros. Enfim, parabênizo todos que construíram esse belíssimo evento que nos orgulha muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campanha.) - V.Exa. necessita de mais 30 segundos, deputada?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Se v.exa. me conceder, para ser justo, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Eu lhe concedo mais 30 segundos, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, por esse tempo, até porque temos que normatizar, já que outros presidentes concedem um minuto ou 30 segundos.

Mas quero agradecer e fica aqui o meu registro desse belíssimo evento. Sábado, deputada Ada Faraco De Luca, haverá mais um jogo e tenho certeza de que o povo brasileiro vai vibrar e torcer pelo nosso Brasil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Apenas para efeito de esclarecimento, quero dizer que o tempo de um minuto está-se caracterizando já como uma norma, em que pese não estar no Regimento Interno da Casa. Mas este deputado está longe de querer qualquer tipo de problema com a parte feminina desta Casa, pela qual tem muita admiração.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, queremos saudar, de forma muito especial, o presidente da FCDL, porque hoje uma comitiva desta federação esteve nos visitando justamente para colaborar no encaminhamento de alguns projetos que tramitam nesta Casa, alguns sendo eu relator, outros autor. E, sem dúvida nenhuma, é importante essa participação.

Então, agradecemos muito ao sr. Osmar de Oliveira, ao sr. Ademir Ruschel, e a sra. Cristiane Vega, que, em nome da FCDL, trouxeram aqui as reivindicações da federação catarinense.

Quero saudar também o vice-prefeito Chicão, de Tigrinhos; o presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Jandir Perosso; o

presidente da Câmara de Vereadores de Sul Brasil, Rubens Martins; e o vereador Volnei Weschenfelder, de Nova Erechim, que estão nesta Casa trazendo inúmeras reivindicações dos seus municípios.

Gostaria de saudar a presidente da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares - ACCT -, Janete de Fátima Moreira Vieira, de São Lourenço do Oeste, que já desde o ano passado foi escolhida como a presidente de todos os conselheiros tutelares de Santa Catarina.

Quero lembrar aqui aos nossos ouvintes e telespectadores que em Santa Catarina temos 295 municípios e que em todos os municípios temos pelo menos um Conselho Tutelar formado por três a cinco membros. Em cada cidade temos um presidente dos conselheiros tutelares, que cuida dessa difícil tarefa de fazer essa intermediação na questão da família, principalmente quando se trata de alguma forma de maltrato no sentido de colaborar, de representar o poder público junto à sociedade, junto às famílias, para que de fato as nossas crianças tenham uma educação com qualidade.

Então temos 21 coordenadorias. E uma delas é a coordenadoria da dona Geni Malman que quero saudar aqui pelo brilhante trabalho que faz naquela regional. Sei também do empenho, do entusiasmo da Janete Moreira, de São Lourenço, presidente da Associação de Santa Catarina, juntamente com todos os coordenadores, com todas as coordenadoras de cada região.

Agora, no dia 10 de julho, haverá um encontro de todos os coordenadores, em Curitiba, e lá também vamos participar como presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temos que avançar.

Infelizmente, Santa Catarina progrediu pouco nesse sentido. Alguns estados como Minas Gerais e o estado do Paraná estão usando muito os benefícios da lei fiscal, a lei que permite que se use 1% do imposto das empresas sobre o lucro real e 6% do imposto devido de cada contribuinte individual, que apresenta, que faz o Imposto de Renda pela forma convencional, descritiva. É um

volume grande de recursos, mas infelizmente ainda não aprendemos a usar.

Quando fui secretário da secretaria de Assistência Social revitalizei, junto com a equipe do governo do estado, com aceitação da equipe da Fazenda, com o apoio e até imposição do governador Raimundo Colombo, o FIA estadual. Mas o funcionamento desses Fundos da Infância e da Adolescência, como outros fundos, depende muito da aprovação e da análise do conselho. Um conselho estadual que avalie os projetos que advêm, que a qualquer momento podem chegar, de qualquer parte do estado, aportar aqui no FIA estadual. Mas fica difícil para daqui querer analisar e dar um parecer de um projeto apresentado em Araranguá, em São João do Sul, Itapiranga, Dionísio Cerqueira e São Lourenço. Pela distância fica difícil eles analisarem daqui, muitas vezes até difícil de perceber a realidade diferente que é cada lugar.

E por isso que então nós entendemos, e de tanto estudar esse FIA, de tanto ver a questão da análise do FIA do estado, do Conselho Estadual, de todas as implicações que tem para tomar uma decisão para se apresentar e executar algum projeto, no meu entender, nós precisamos fortalecer este Fundo da Infância e do Adolescente que existe em cada município. Cada município tem o Fundo, tem o gestor, tem o Conselho, enfim, tudo pode ser decidido lá.

Imagina assim, lá em Dionísio Cerqueira tem o contribuinte do Imposto de Renda, tem o contribuinte individual, tem as empresas que são grandes, tem o Conselho, tem o FIA, tem o gestor. Enfim, as entidades que queiram apresentar um projeto de lá, podem apresentar lá mesmo, para um conselho que está lá, formado por pessoas que são de Dionísio Cerqueira, formado por pessoas inclusive que moram perto da entidade que está apresentando o projeto que vai executar.

Enfim, tudo fica mais próximo para tomar a decisão de aprovar ou de aconselhar alguma adequação e, depois, mais próximo também para acompanhar a sua execução, enfim, para cumprir de

fato a lei e, ao final, nós temos como grande beneficiário a nossa criança e adolescente.

Por isso, precisamos dar um jeito de fortalecer, de fato, nos municípios, esse fundo, chamar a atenção da responsabilidade do Conselho, chamar a atenção da responsabilidade do gestor do FIA, o prefeito. Em alguns lugares o gestor do FIA é o prefeito e não pode!

Não pode, não é porque o deputado não quer, é porque a lei diz isso. O ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, exige que haja uma conta especial, que o gestor tenha uma independência, naturalmente que o gestor tem o compromisso direto com a lei e que terá que cumprir.

Por isso, pediria então aos prefeitos que acertassem do ponto de vista legal, que criassem a conta específica do FIA, e assim o conselho, o gestor e as entidades podem passar a usar este instrumento legal para, de fato, apresentar projetos que usem esse dinheiro.

Se os prefeitos não fizerem isso, o dinheiro vai para Brasília, depois ele vai ter que correr atrás e acaba não recebendo. Esse dinheiro do FIA não é da prefeitura, o dinheiro do FIA seria do governo federal. Por isso, é importante que o prefeito facilite, que crie essa independência e se possa apresentar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente. Cumprimento todos os nossos deputados, deputadas, toda nossa equipe de apoiadores, colaboradores desta Casa, todos que nos acompanham.

Eu tive o privilégio, na última sexta-feira de manhã, aqui em Florianópolis, e a tarde em Chapecó, de participar, junto com o ministro Miguel Rossetto, de um grande momento para os municípios pequenos do estado, e também para a

agricultura familiar, que foi a entrega das restantes 76 motoniveladoras do PAC II, aqui no centro de eventos, no Centrosul, e também na Universidade Federal Fronteira Sul em Chapecó. Também a entrega de 81 caçambas e o lançamento do Plano Safra. Gostaria de falar brevemente sobre esses dois temas que nós já comentamos, por vários momentos, aqui nesta tribuna.

Quero ressaltar, mais uma vez, porque foi a última etapa que é a entrega dessas máquinas aos nossos municípios, ver a felicidade dos nossos prefeitos e prefeitas desses municípios receberem essas máquinas foi uma grande alegria também para nós como contribuinte nesse processo de construção do grande programa PAC II que não olhou partido político do prefeito, mas criou um critério que é a população de municípios de até 50 mil habitantes.

Então, isso é extremamente importante. Isso é histórico ter no país políticas públicas que criam critérios claros das mais diversas políticas que a nossa presidente Dilma Rousseff, nossa grande liderança tem construído no Brasil.

Esse programa vai trazer mais dignidade, mais respeito, mais qualidade de vida para o interior dos nossos municípios. Se nas cidades, deputado Moacir Sopelsa, tem asfalto, no interior pode ter estrada boa para os agricultores. Também esse programa traz a expectativa de trazer dignidade para quem está lá na roça produzindo alimento para o povo brasileiro.

Então, fiquei muito feliz de participar dessa última etapa de entrega de máquinas do programa PAC II para os nossos municípios.

Quero destacar, em segundo lugar, o nosso grande Plano Safra que a nossa presidente Dilma Rousseff lançou, na sexta-feira, juntamente com o ministro Miguel Rossetto, acompanhado da ministra Ideli Salvatti em Santa Catarina. Eu que acompanhei passo a passo essa caminhada de luta da agricultura familiar pelo crédito.

Nos anos 90, mais precisamente em 1991, foi feita uma pesquisa pelo Deser, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, de Curitiba, e a

pergunta era a seguinte: Qual o principal problema da agricultura familiar naquela época? E os agricultores responderam o seguinte: Para 92% das famílias, deputado Nilson Gonçalves, o problema era a falta de crédito para produzir, investir na propriedade.

Hoje, nós resolvemos esta questão a partir da luta da agricultura familiar que em 1992, 1993 e 1994 fez uma mobilização nacional pelo crédito diferenciado para a agricultura familiar. Em 1994 foi criado o Pronaf.

Agora quero destacar uma questão que, na minha opinião, é muito importante que foi a decisão política do nosso ex-presidente Lula, e a presidente Dilma Rousseff vem avançando nesta perspectiva que é ampliar as políticas públicas para a agricultura familiar.

E no lançamento, o ministro Miguel Rossetto falou sobre uma questão fundamental para nós, catarinenses, e para a agricultura familiar: na safra de 2002 e 2003, tínhamos para o Brasil R\$ 2,4 bilhões para o Pronaf, ou seja, para os mais de quatro milhões de agricultores familiares do Brasil.

Este ano, na última safra, tivemos R\$ 2,5 bilhões só para Santa Catarina, e para a próxima safra 2014/2015, vamos ter à disposição até R\$ 2,8 bilhões. De primeira mão, imaginar o que significa isso, nós que acompanhamos passa a passo o desenvolvimento de algumas cadeias produtivas de Santa Catarina, depois do Pronaf, temos uma avaliação extremamente positiva na perspectiva do desenvolvimento econômico, social, cultural da nossa agricultura familiar antes e depois do Pronaf.

Começamos com R\$ 3.500,00 de investimento, quando o agricultor comprava uma vaca leiteira, uma ordenhadeira, fazia financiamento. Teve um rebate no início, foram comprando as primeiras matrizes, as primeiras vacas leiteiras e foram ampliando.

Hoje, especialmente, o oeste catarinense, o vale do Itajaí, a encosta da serra no sul do estado, são grandes bacias leiteiras, que

contribuem demais para colocar o leite na mesa do povo brasileiro, desenvolver economicamente a região, porque gera emprego, impulsiona a pequena indústria que produz equipamentos, ordenhadeiras, resfriadores, enfim, ração e medicamentos para os animais. Enfim, movimenta o setor econômico das regiões.

Mas uma das questões centrais é manter na terra os agricultores, as famílias, produzindo alimentos. Queremos um interior com gente. E apenas com políticas públicas, como o Crédito, a Habitação Rural, o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Merenda Escolar conseguiremos manter os agricultores catarinenses na terra.

Ouçó tanto falar em fixar o homem, a mulher no campo e isso garante a permanência, a continuidade das famílias morando com dignidade. Essa decisão política não é por acaso. Temos R\$ 24 bilhões para o Pronaf, para a agricultura familiar no Brasil; temos R\$ 2,8 bilhões de investimentos para Santa Catarina é uma decisão política de continuar investindo num setor estratégico para o desenvolvimento do Brasil, dos nossos pequenos e médios municípios. Isso é fornecer máquinas, equipamentos; é investir na agricultura familiar, em casas melhores, dando mais dignidade aos agricultores; é dar educação, como é o caso do Pronatec Campo, que preparam os jovens para exercer melhor sua atividade. Sempre se teve uma avaliação de que o agricultor não precisa de formação, capacitação, mas é uma profissão como tantas outras. E o mais sublime é produzir um alimento de qualidade para que as pessoas nas cidades que consomem esses alimentos possam ter saúde e qualidade de vida.

Fiquei muito feliz na última sexta-feira com os dados, as informações que compõem esse conjunto que é o Plano Safra da Agricultura Familiar deste país, também lançado em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero deixar nesta Casa o sentimento de perda do sr. Hans Werner Bastos, médico ortopedista que faleceu no domingo na idade de 86 anos. Ele foi o primeiro médico ortopedistas em Joinville. Sentiu a necessidade desse atendimento em Joinville e especializou-se em São Paulo nesta área.

É interessante que quando foi fazer essa especialização em São Paulo ele conheceu a dona Abgail, enfermeira, na época, lá, com quem se casou, passando uma vida no município de Joinville. Dona Abgail faleceu no ano de 2012, portanto, há dois anos.

Agora, perdemos o nosso querido médico de Joinville, doutor Hans Werner Baschung. Aos familiares enlutados e também à comunidade médica, aos amigos, aos ex-pacientes, os nossos mais sinceros sentimentos de perda.

Sr. presidente, estamos numa semana bastante difícil do ponto de vista emocional, difícil do ponto de vista político, difícil do ponto de vista profissional também, porque tenho, nesta semana, alguns fatores que mexem com a minha pessoa, com a minha cabeça, eu diria assim. Nós estamos chegando ao final de uma etapa e vamos ter que nos separar de algumas coisas que lidamos diariamente com muito carinho, com muita dedicação.

Todos sabem que sou profissional de comunicação há muitos anos. Estou no rádio há 32 anos. E na emissora, na Rádio 89-FM, antiga Rádio Colon, somente nela, estou desde 1992. E tenho programa de TV desde 92. Somente na RIC-Record, em Joinville, já estamos chegando a 14 anos. E por conta da legislação eleitoral, temos que nos afastar assim que houver a convenção do partido. E a convenção do PSDB acontece na quinta-feira. Por essa razão, na sexta-feira, não poderei mais estar fazendo aquilo que mais gosto na minha vida, que é exercer a minha profissão de comunicador e também de apresentador de programa de rádio. Mas tem

outro fator que está pesando bastante e deixando-me, de certa forma, fragilizado, sr. presidente: os cursos que fazemos, a nossa conhecida e famosa Casa Amarela, no município de Joinville.

Ontem, encerramos o curso de manicure, com um número bastante expressivo de senhoras que foram selecionadas pela nossa assistente social e que fizeram o curso durante seis meses. Esse foi o terceiro curso que fizemos lá. E vejo com alegria essas pessoas já praticamente encaminhadas para o trabalho, muitas delas com emprego garantido, outras já com ideia de trabalhar por conta e fazendo como as demais, anteriores, e as outras duas turmas já estão empregadas ou trabalhando por conta. Vejo essa turma também tendo o mesmo destino. Isso nos deixa muito alegre, emocionado até porque é a conclusão de um trabalho que estamos fazendo também, porque até quinta-feira podemos fazer todos esses trabalhos através da nossa Casa Amarela.

A partir de sexta-feira, a nossa Casa Amarela já não estará podendo mais efetuar essas oficinas, esses cursos e os atendimentos que fazemos lá no nosso escritório. Conhecida como Casa Amarela, nós atendemos em média 60, 70 pessoas por dia, e isso não é de hoje. Nós fazemos isso desde que nos elegemos vereador, nos idos de 92. A partir de 93 abrimos o nosso escritório e nunca mais fechamos.

Vai fazer 22 anos que estamos trabalhando todas as semanas, apenas não estamos abertos aos sábados e domingos. Assim, temos também a obrigação de deixar as nossas atividades da Casa Amarela a partir de sexta-feira. Isso cria uma comoção entre funcionários, colaboradores, voluntários que temos e que formam um grupo bastante homogêneo e forte na nossa Joinville.

Espero, se tudo ocorrer como imaginamos, poder voltar às atividades da Casa Amarela e dar sequência a esse trabalho que fazemos há tanto tempo. Se não der certo, a minha consciência absoluta é de que cumprimos com a nossa obrigação e conseguimos fazer aquilo que era da nossa obrigação, responsabilidade, que é representar a

nossa Joinville e estar sempre atento aos problemas da nossa comunidade.

Sr. presidente, era isso que queria deixar registrado no dia de hoje e agradeço a deferência de v.exa. de vir até o plenário para que pudesse utilizar a tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, e sua manifestação sempre de carinho é acolhida não apenas por este parlamentar, mas com certeza, por toda a Casa Legislativa.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Está encerrada a sessão.